



CARTA COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA DA BAHIA

JUNHO.2026

FUNDAÇÃO
ÍNDIGO **UNIÃO
BRASIL**

CARTA COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA DA BAHIA

Fórum SOS Educação — Junho de 2026

Quem nunca viu um filho chegar do colégio sem entender o que leu? Quem nunca encontrou um jovem de 18 anos incapaz de resolver uma conta simples — não por falta de esforço, mas por falta de escola? A Bahia convive com essa realidade há vinte anos. Não é fatalidade. É escolha política de uma gestão que tratou a educação como instrumento de controle eleitoral, não como investimento no futuro de cada criança baiana.

O veredito dos números é objetivo e severo. No IDEB 2023 do Ensino Médio, a rede estadual da Bahia ocupa a **23ª posição nacional**, com nota 3,7. Nos anos finais do Ensino Fundamental, amarga o **26º lugar** — atrás apenas do Rio Grande do Norte. Somente **55% das crianças baianas estão alfabetizadas na idade certa**, o quarto pior resultado do país, atrás de seis estados nordestinos, incluindo Maranhão e Alagoas. Ceará e Goiás já ultrapassaram 80%.

Dentro das salas de aula do Ensino Médio, a situação é ainda mais grave: **76% dos concluintes estão abaixo do nível básico** em Língua Portuguesa ou Matemática. Apenas 3% dos alunos da rede pública atingem proficiência adequada em Matemática. Em resposta a esse colapso silencioso, o governo estadual instituiu, em 2024, a Portaria nº 190, apelidada de "aprovação automática" por educadores e especialistas — um mecanismo que eleva o IDEB no papel enquanto a proficiência permanece no chão.

O custo acumulado é visível. A taxa de conclusão do Ensino Médio até os 19 anos é de apenas **57%** — uma das mais baixas do país. A Bahia ocupa a **25ª posição nacional em Capital Humano** e a **22ª no pilar Educação do Ranking de Competitividade 2025**, sendo sistematicamente ultrapassada por estados com orçamentos menores. Desde 2003, o estado investiu R\$ 15 bilhões em educação — R\$ 10 bilhões em obras físicas e apenas R\$ 5 bilhões em qualidade pedagógica. A proporção 2 para 1 entre tijolo e ensino é a síntese de uma estratégia que não funcionou.

A comparação é inevitável. O Ceará saiu de desempenho inferior ao baiano nos anos 2000 e hoje lidera a alfabetização do Nordeste. O Piauí, governado pelo mesmo partido que governa a Bahia há vinte anos, com PIB per capita inferior, alcançou a 4ª posição nacional no IDEB do Ensino Médio, universalizou o tempo integral e lidera as matrículas em educação profissional no país. Goiás ocupa o 1º lugar nacional no IDEB do Ensino Médio.

São Paulo, a maior rede estadual do país, registrou no Saesp 2025 os melhores resultados da sua série histórica: 77% das crianças do 2º ano lendo na idade certa, percentual de alunos nos níveis críticos caindo de 25% para 6% em dois anos — resultado de avaliação contínua, professores tutores em turmas reduzidas e bônus por desempenho distribuído a 1.111 escolas. Nenhum desses estados inventou nada de novo. Combinaram avaliação, currículo, formação e incentivo de forma consistente. **A Bahia tem os mesmos instrumentos à disposição. O que faltou foi decisão.**

Os professores da rede estadual, com jornada de 40 horas semanais, recebem o **5º pior salário inicial do país**, cerca de 20% abaixo da média nacional, menos que Maranhão, Paraíba, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte. Apenas 22% das escolas estaduais têm biblioteca, contra 32% da média nacional. Seis por cento possuem laboratório de ciências, contra 12% no restante do Brasil. A velocidade de internet por aluno é de 0,24 Mbps, menos de um quarto do padrão mínimo exigido pela Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.

Pesquisas documentam que a melhoria consistente na qualidade do ensino reduz homicídios em até 25%. Ao abandonar a educação por duas décadas, o governo baiano não apenas perdeu uma geração para o mercado de trabalho, entregou essa geração ao recrutamento do crime organizado, que encontrou no vazio da escola pública um campo fértil. O abandono da educação e o colapso da segurança pública têm o mesmo endereço.

A Bahia precisa de um governo que enfrente essa realidade sem desculpas e sem maquiagem estatística. Um governo que entenda que escola que aprova sem ensinar não é inclusão — é exclusão com carimbo.

O Fórum SOS Educação reúne especialistas da Bahia e de outros estados que se dedicaram a construir um diagnóstico preciso e uma proposta de reestruturação da escola pública baiana. A partir de uma escuta ampla e da análise de evidências, os compromissos a seguir foram elaborados com uma convicção unânime: a solução exige continuidade, foco na aprendizagem real e responsabilização pública pelos resultados. É possível virar essa página. Mas é preciso planejamento, decisão e liderança.

1. GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Nenhuma rede educacional avança sem que a estrutura de gestão central e regional esteja qualificada. Em Goiás, Ceará e Piauí, a qualificação das lideranças técnicas da secretaria foi eixo decisivo da transformação. A Bahia fará o mesmo:

- **Selecionar tecnicamente as lideranças dos 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTEs)**, com critérios públicos, provas de conhecimento e plano de gestão sem indicação política;
- **Firmar Contratos de Metas por Regional**, com indicadores claros, monitoramento trimestral e prestação de contas pública;
- **Implantar painel de Business Intelligence educacional em tempo real**: frequência diária por aluno, mapa de notas por turma, alertas automáticos de risco de evasão nos 27 NTEs;
- **Intervir quando os índices de uma regional apresentarem queda**: a equipe técnica da secretaria realizará visitas presenciais para identificar as causas do problema e apoiar a implementação de soluções, seguindo um modelo de acompanhamento semelhante ao adotado por Goiás, que alcançou o primeiro lugar no ranking nacional.

Um estado com 417 municípios, muitos com estruturas técnicas frágeis e capacidade fiscal limitada, não pode delegar à prefeitura a responsabilidade pela qualidade da aprendizagem sem oferecer os instrumentos. É preciso construir esse regime de colaboração de fato: acordos formais que definam metas compartilhadas de aprendizagem, **fluxos de atendimento pedagógico integrados entre as redes e mecanismos claros de apoio técnico e financeiro aos municípios baianos**.

Isso significa garantir que cada rede municipal tenha acesso a materiais didáticos e pedagógicos alinhados ao currículo comum, que a formação continuada de professores alcance também os docentes das redes municipais e que o sistema estadual de avaliação produza informações úteis para que o gestor local tome decisões dentro da sua própria rede — a tempo de intervir, e não meses depois, nos relatórios de fim de ano.

2. PRIMEIRA INFÂNCIA, ALFABETIZAÇÃO E PACTO PELA APRENDIZAGEM

A crise começa antes da sala de aula. Uma das iniciativas prioritárias a ser adotada é a revogação da Portaria nº 190/2024, substituindo aprovação automática por um Programa Estadual de Recomposição das Aprendizagens:

- **Ampliar vagas em creches e universalizar a pré-escola**, com meta estadual explícita e apoio técnico e financeiro aos 417 municípios da creche ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- **Reformular o Sistema de Avaliação da Bahia (SABE)** com avaliações bimestrais de fluência leitora e matemática: resultado diagnóstico gera ação pedagógica na semana seguinte, não no relatório de fim de ano;
- **Implantar tutores especializados** em escolas com maior concentração de alunos no nível insuficiente, em turmas reduzidas, no modelo paulista que saltou de 200 para 2.841 escolas entre 2024 e 2026;
- **Ampliar de 55% para 80%** as crianças alfabetizadas na idade certa até 2030.

3. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS – POLÍTICA PERMANENTE

Com 76% dos concluintes do Ensino Médio abaixo do nível básico, a recomposição não é projeto emergencial. É política estrutural e prioridade absoluta:

- **Programa Estadual de Recomposição das Aprendizagens** com metas anuais públicas, monitoramento bimestral por escola e agrupamento pedagógico por nível de aprendizagem;
- **Tutoria de pares com monitores universitários** e materiais específicos de nivelamento;
- **Professores tutores especializados** para atendimento no contraturno nas escolas com piores indicadores;
- **Tratamento como prioridade orçamentária:** recomposição exige mais professores e ampliação de jornada — recursos que precisam ser garantidos, não prometidos.

4. ENSINO MÉDIO INTEGRAL, TECNOLÓGICO E VOCACIONADO

O Piauí universalizou o tempo integral com menos recursos. A Bahia avançou de 13% para 34% das matrículas. Embora o estado tenha mais que dobrado a quantidade de matrículas com oferta de tempo integral, o crescimento foi executado sem planejamento, resultando em problemas que comprometem a qualidade do ensino, a permanência dos alunos e a aplicação do projeto pedagógico. O desafio é tornar as escolas adequadas e implementar uma proposta pedagógica:

- **Ampliar as matrículas do Ensino Médio em tempo integral** (jornada de 9 horas) até 2030, com sustentabilidade financeira e física planejadas;
- **Implementar Educação Profissional e Tecnológica com foco setorial:** Energias Renováveis (interior), Agronegócio de Precisão (Oeste Baiano), Tecnologia da Informação (Região Metropolitana), Saúde e Logística;
- **Inserir inteligência artificial e letramento digital** de forma transversal no currículo integrados às disciplinas existentes, não como disciplina isolada;

Conectar os cursos técnicos às vocações econômicas reais de cada região, com acordos formais de estágio e absorção com empresas como BYD, Acelen e Suzano.

5. VALORIZAÇÃO DOCENTE E GESTÃO PROFISSIONAL

A Bahia paga o 5º pior salário inicial de professor do país — 20% abaixo da média nacional. Cumprir o piso mínimo nacional não é política de valorização: é obrigação legal. O que é necessário para, de fato, valorizar os profissionais de Educação:

- **Discutir proposta de revisão do Plano de Carreira do Magistério**, com o objetivo de elevar a progressão ao longo da carreira para padrões competitivos nacionais baseada em desenvolvimento profissional real, não apenas em tempo de serviço e titulação;
- **Instituir Bônus de Aprendizagem:** gratificação anual para equipes escolares que atingirem metas de redução de evasão e avanço nos indicadores de aprendizagem, com critérios públicos e metas negociadas por escola;
- **Fazer seleção técnica para diretores escolares:** todo candidato à direção passará por aferição prévia de competências (prova, plano de gestão e entrevista) independentemente do modelo de provimento adotado;

- **Realizar formação docente baseada nos resultados das avaliações:** o professor saberá exatamente o que sua turma não dominou e receberá suporte para agir sobre isso.

6. INFRAESTRUTURA E CONECTIVIDADE TOTAL

Escola sem climatização no sertão perde o aluno antes da primeira aula. Escola sem internet não forma para 2035. O programa de reformas contemplará metas anuais públicas com fiscalização independente:

- **Wi-Fi nas salas de aula com velocidade mínima de 1 Mbps** por aluno em toda a rede estadual, ampliando em quatro vezes a velocidade atual;
- **Climatização, laboratórios, bibliotecas, quadras e saneamento básico** em 100% das unidades estaduais priorizando o estoque existente, não apenas obras novas;
- **Regime de colaboração formalizado com os 417 municípios** para conectividade da rede municipal, com cofinanciamento estadual e metas pactuadas.

7. EQUIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Bahia é o estado mais negro do Brasil fora da África. O novo PNE (Plano Nacional de Educação) incluiu metas específicas para redução de desigualdades raciais, sociais e regionais. Dado o perfil da sua população, a Bahia tem obrigação de ir além do mínimo:

- **Diretrizes de relações étnico-raciais aplicadas em todo o currículo estadual**, com materiais produzidos com comunidades quilombolas, indígenas e de matriz africana;
- **Mediadores especializados e infraestrutura adaptada em 100% das escolas polo da rede:** inclusão não é matricular o aluno com deficiência, é criar as condições para que ele aprenda;
- **Apoio ao aluno com TEA, TDAH** e outros transtornos do neurodesenvolvimento com equipes multiprofissionais e diagnóstico precoce.

8. BUSCA ATIVA E AUTONOMIA ESCOLAR – "BAHIA NO TRILHO"

Matricular o aluno é o começo, não o fim. A Bahia tem uma das maiores taxas de evasão do Ensino Médio do país. O Programa Bahia no Trilho combaterá a evasão com instrumentos simultâneos:

- **Monitoramento preventivo com inteligência artificial:** plataforma que cruza frequência, desempenho e situação socioeconômica para identificar risco de evasão antes que o aluno saia — acionando automaticamente a rede de assistência social, o orientador e a família;
- **Compromisso com o desenvolvimento integral:** as políticas de assistência estudantil serão mantidas de forma a assegurar a manutenção dos suportes sociais, do transporte e da alimentação eficazes. Nosso objetivo é dar sustentabilidade às ações que não apenas combatem o abandono, mas também garantem a dignidade, o bem-estar e o pleno sucesso pedagógico dos jovens da nossa rede;

- **PDDE Bahia – repasse financeiro direto para as escolas:** cada escola terá recursos próprios para manutenções e materiais. Escola que depende de autorização para trocar uma lâmpada não funciona.

COMPROMISSO COM O FUTURO DA BAHIA

A Constituição Federal de 1988 não deixa margem para interpretação: a **educação é direito de todos, dever do Estado e da família**. O artigo 211 determina que a União, os estados e os municípios organizem seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Na Bahia, esse princípio foi declarado por duas décadas, mas nunca foi efetivado.

A Bahia tem os recursos, tem o território, tem os professores e tem os alunos. **O que mudará em 2027 é que aprender será mais importante do que aprovar.**

A BAHIA PRODUZ DIPLOMAS. VAI PASSAR A PRODUZIR APRENDIZAGEM.

Salvador, junho de 2026 | Fórum SOS Educação